



## A FALÁCIA DOS “PRIVILÉGIOS” NA CONTA DO TRABALHADOR

G1

POLÍTICA

### Maia diz que quer agilizar relatório da Previdência para garantir votação no 1º semestre na Câmara

Presidente da Câmara participou de encontro com a equipe econômica e outros parlamentares. Ele disse também que vai ouvir líderes sobre pacto entre os três poderes.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília  
28/05/2019 12h33 - Atualizado há 2 dias



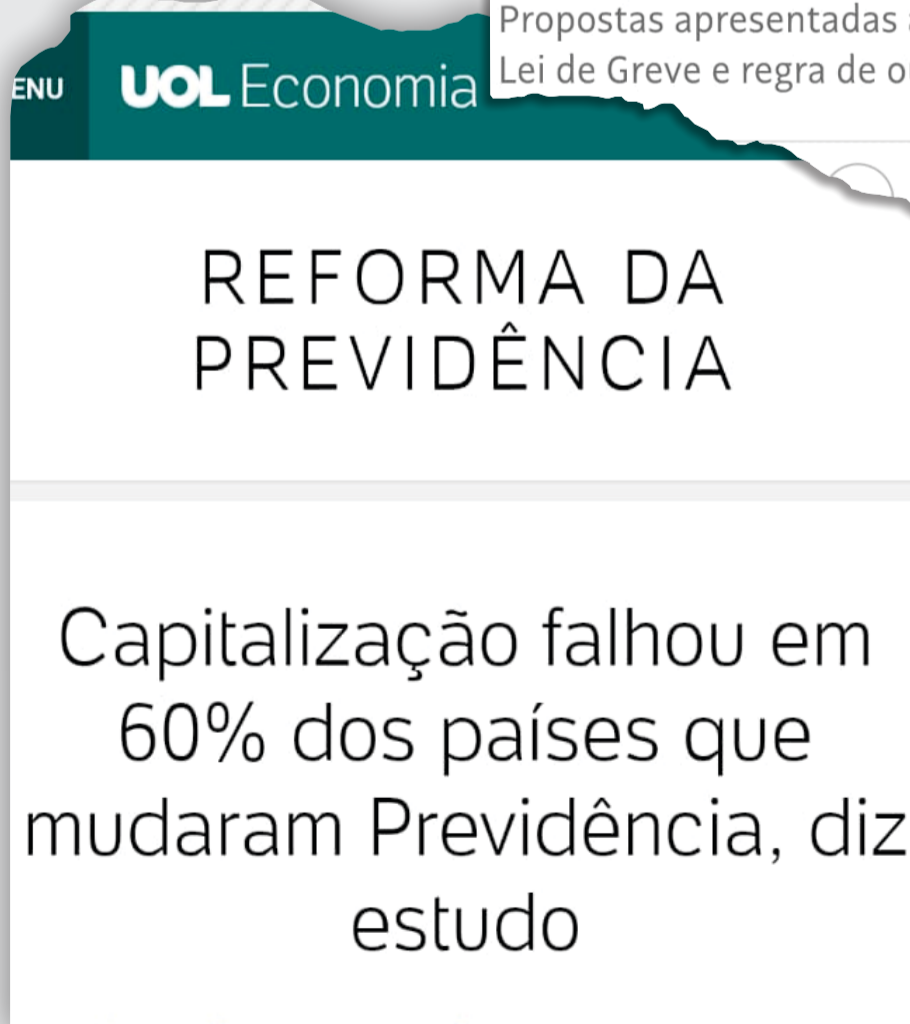
A investida da direita partir do impeachment da presidente Dilma sobre os direitos da classe trabalhadora, conquistados principalmente a partir da constituição cidadã, é algo insano que precisa ser enfrentado pela sociedade civil organizada, pelos movimentos sociais e por todos aqueles que almejam uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Empreitadas como: PEC do teto de gastos (Emenda 95),

terceirização e reforma trabalhista,

desencadeadas ainda no governo golpista do Temer, dando-se continuidade no governo que se instalou em 01 de janeiro de 2019, com a PEC 06/19 da reforma da previdência, os cortes na educação básica e superior, a tentativa de criminalização dos movimentos sociais, dentre outras, são ações que tem como pano de fundo a precarização da vida da classe trabalhadora, atendendo às investidas de uma elite carcomida, que teima em manter seus privilégios, retirando os direitos e as conquistas históricas daqueles que vende sua força de trabalho ao capital.

O conjunto dessas investidas se escondem no discurso governamental sob a ideia de que as reformas existem para “cortar privilégios”, quando, na verdade, corta apenas as conquistas da classe trabalhadora, não atingindo verdadeiramente os que detêm tais privilégios. O ataque aos nossos direitos pede de todos nós uma atitude concreta de luta coletiva e nos convoca às ruas e às manifestações para barrar essas investidas.



# REFORMA DA SEGURIDADE SOCIAL E DA PREVIDÊNCIA

## OS TRABALHADORES PAGAM A CONTA

### APOSENTADORIA SEGURADO ESPECIAL (RURALS E PESCA ARTESANAL)

#### Como é atualmente

\* 60 anos + mínimo de 15 anos de comprovação de atividade agrícola familiar;  
\* Contribuição familiar.

\* 55 anos + mínimo de 15 anos de comprovação de atividade agrícola familiar;  
\* Contribuição familiar.

#### Propostas do governo Bolsonaro

\* 60 anos de idade de mulheres / homem + 20 anos de contribuição efetiva, de mínimo, R\$ 600,00 ano / família;  
\* A contribuição deve ser feita mesmo pelas famílias que não tiveram comercialização ao longo do ano;  
Acúmulo de benefício (aposentadoria + pensão): o segundo benefício terá uma redução percentual.

\* Exclui, dificulta o acesso e retarda a concessão do benefício;  
\* Reduz o valor da aposentadoria;  
\* Amplia desigualdade entre homens e mulheres na velhice;  
\* Ignora desigualdade regionais;  
\* Aumento da pobreza, êxodo rural, problemas segurança alimentar.

**PROBLEMAS RISCOS**

### APOSENTADORIA - SERVIDORES PÚBLICOS

#### Como é atualmente

\* 60 anos + mínimo de 35 anos de contribuição;  
\* Mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público;  
\* Teto igual o Regime Geral

\* 55 anos + mínimo de 35 anos de contribuição;  
\* Mínimo de 5 anos de efetivo exercício no serviço público;  
\* Teto igual o Regime Geral

#### Propostas do governo Bolsonaro

\* Reduzir diferença de idade de mulheres / homens para 3 anos;  
\* Estabelecer idade mínima para concessão de todos os benefícios: 65 anos para homens e 62 para mulheres;

\* Tempo de contribuição mínimo de 25 anos e 40 anos para benefício integral;  
\* Revisar a fórmula de cálculo do benefício para reduzir o valor a ser recebido.

\* Dificulta o acesso e retarda a concessão do benefício;  
\* Reduz o valor da aposentadoria;  
\* Amplia desigualdade entre homens e mulheres na velhice;  
\* Ignora as desigualdades dentro do serviço público;  
\* Ignora as alterações que já foram realizadas em 2003.

**PROBLEMAS RISCOS**

### APOSENTADORIA - URBANO

#### Como é atualmente

\* 65 anos + mínimo de 15 anos de contribuição (Valor do Benefício = 70% das médias dos 80 maiores salários, + 1% a cada 12 contribuições).

\* 35 anos de contribuição (Valor do Benefício = média dos 80 maiores salários + fórmula 85/95).

\* 60 anos + mínimo de 15 anos de contribuição (Valor do Benefício: idem homens)

\* 30 anos de contribuição (Valor do Benefício: idem homens).

#### Propostas do governo

\* Reduzir diferença de idade de mulheres / homens para 3 anos;  
\* Estabelecer idade mínima para concessão de todos os benefícios: 65 anos para homens e 62 para mulheres;  
\* Tempo de contribuição mínimo de 20 anos e 40 anos para benefício integral;  
\* Revisar a fórmula de cálculo do benefício para reduzir o valor a ser recebido.

\* Exclui ou dificultar acesso;  
\* Retarda a concessão do benefício;  
\* Reduz o valor da aposentadoria;  
\* Amplia desigualdade entre homens e mulheres na velhice;  
\* Ignora desigualdade regionais.

**PROBLEMAS RISCOS**

### APOSENTADORIA - CÁLCULO DO VALOR DO BENEFÍCIO

#### REGRA ATUAL

##### Valor do benefício:

\* Média das 80% maiores contribuições ao longo da vida profissional.

##### Por tempo de contribuição:

\* É o valor do benefício.

##### Por idade

\* Com 15 anos de contribuição: 70% do valor do benefício;

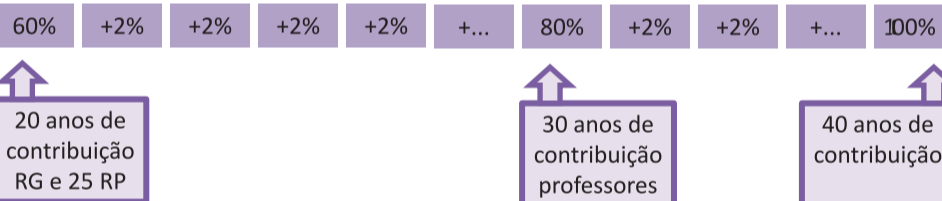
\* Com mais de 15 anos de contribuição: 1% a cada 12 meses de contribuição.

#### PROPOSTA DA REFORMA

##### Valor do benefício:

\* Média de todas as contribuições ao longo da vida profissional (inclui os menores salários, o valor fica menor).

\* Aposentadoria com tempo mínimo de contribuição (20 anos RG e 25 anos RP): 60% do valor do benefício + 2% a cada ano, progressivamente, até 100% aos 40 anos de contribuição.



### APOSENTADORIA - PROFESSORES

#### Como é atualmente

\* RP: 55 anos + mínimo de 30 anos de Contribuição + 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo.  
\* RG: 30 anos de contribuição.

\* RP: 50 anos + mínimo de 25 anos de contribuição + 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo.  
\* RG: 25 anos de contribuição.

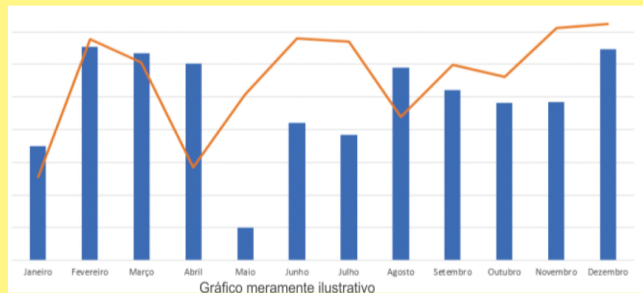
#### Propostas do governo Bolsonaro

\* 60 anos de idade de mulheres / homem + 30 anos de contribuição;  
\* Com 30 anos de contribuição, recebe 80% do salário benefício;  
\* Para o RP + 10 anos de atividade profissional como professor e 5 anos no cargo.

\* Dificulta o acesso a concessão do benefício;  
\* Reduz o valor da aposentadoria;  
\* Amplia desigualdades entre homens e mulheres na velhice.

**PROBLEMAS RISCOS**

## ICAPUÍ: OS ROYALTIES CAEM, MAS O FUNDEB SOBE



Os recursos provenientes dos royalties, como importante fonte de financiamento para infraestrutura municipal, têm sofrido quedas sucessivas nos últimos meses de 2019, se comparados os primeiros meses do quadrimestre (janeiro a abril) de 2018. No primeiro quadrimestre de 2018 o montante foi de R\$ 3.047.989,66. Já em 2019, a cifra ficou em R\$ 2.750.860,77, uma diferença em percentual para menos de 10,8%.

Entretanto, o FUNDEB, no seu lugar de fonte de financiamento da educação e, sobretudo de cobertura das despesas com pessoal da área, bem como de melhorias na manutenção do ensino, no mesmo período, teve um crescimento percentual de 30,25%. Em tempo, um percentual 3 vezes para mais que o percentual dos royalties. O acumulado do FUNDEB no primeiro quadrimestre de 2018 foi de R\$ 4.793.277,50, enquanto o de 2019 foi de R\$ 6.243.447,08.

Esses números demonstram que, no cômputo geral, as receitas, tem apresentado um comportamento positivo, apesar do cenário nacional adverso. Isso nos possibilita olhar com bons olhos para o atendimento por parte da gestão de pontos de pautas pendentes demandados do biênio 2018/19 pela categoria através do SINDSERPUMI.

# A ORDEM AGORA É: DIREITOS JÁ!

Antenado com as mobilizações em defesa dos direitos e conquistas da classe trabalhadora, o SINDSERPUMI, com a parceria de organizações da sociedade civil, partidos, igrejas e grêmios estudantis, convoca todos os trabalhadores, estudantes e comunidade em geral para a GREVE GERAL UNIFICADA que acontecerá no dia 14/06 com a pauta: defesa do direito de aposentadoria com o repúdio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC 6/19) da Reforma da Previdência e contra os bloqueios de verbas da educação.

**07:30 - CONCENTRAÇÃO EM FRENTE A ESCOLA GABRIEL SAINDO EM CAMINHADA ATÉ A PRAÇA CENTRAL.**



O movimento é parte de um conjunto de ações que vem sendo realizadas, como forma de barrar no congresso nacional essas e outras pautas, que estão em confronto com os interesses da classe trabalhadora e da sociedade brasileira.

# WOU!

# CLUBE DO DESCONTOS SINDSERPUMI

Na perspectiva de ampliar o relacionamento com todos os seus associados, tomando medidas em defesa de seus direitos e oferecendo benefícios, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Icapuí – SINDSERPUMI, vem buscando parcerias essenciais para manter os associados mais próximos.

Na busca por parcerias, a entidade sindical leva em conta os aspectos jurídicos e políticos, entendendo que, quanto maior a variedade de benefícios, maior será o número de associados, evitando, ainda, que associados já inscritos possam cancelar sua filiação.

Dentro deste contexto, o SINDSERPUMI está firmando parcerias e convênios com empresas privadas para oferta de serviços e vantagens aos sindicalizados e, em alguns casos a seus familiares. As parcerias estão sendo firmadas aos poucos com clínicas médicas e odontológicas, laboratórios de análises clínicas, autoescolas, academias, escritórios de advocacias, funerárias, farmácias, espaços de lazer, etc. Tais serviços e vantagens não são, precisamente, obrigação do sindicato, mas podem ser oferecidas com preços reduzidos aos associados através desses

contratos.

O sindicato estará, ainda no primeiro semestre, agilizando a confecções de carteiras na forma de cartões magnéticos para otimizar os atendimentos. **Possivelmente, a partir de 1º de agosto, já estará disponível atendimentos nos seguintes parceiros: Autoescola Fonseca, Unsmedic, Aracati Medical Center e laboratório Osmar Nunes.** Para esse fim, os servidores que são filiados e que ainda não preencheram o cadastro, o sindicato pede por gentileza passar na entidade para se possa confeccionar as carteiras.



## O HORÁRIO CORRIDO COMO GARGALO DAS NEGOCIAÇÕES SALARIAIS

O SINDSERPUMI vem de muito tempo questionando o governo acerca da viabilidade financeira e de oferta de serviços de parte dos setores da administração municipal que atuam em regime de horário corrido. Com base em dados de ambas as partes negociadoras, as discussões apresentam controvérsias de um lado e de outro, ficando o impasse sempre.

Também o governo vem discutindo essa problemática (não assim considerada por alguns) junto à sua equipe, e a posição do secretariado em suas pastas é que o fim desse regime não altera o nível de economicidade, tampouco impacta na inviabilização financeira da folha de pagamento.

Recentemente, o governo abriu a possibilidade de uma mesa de debates entre sindicato e secretariado para que se

fizesse uma análise e se tomasse decisões acerca do tema.

Para acontecer esse momento, o



SINDSERPUMI assumiu a tarefa de apresentar, em dados concretos, a realidade desses custos, com base nas folhas de pagamento cedidas pelo governo. O argumento da entidade sindical sempre foi pela compreensão básica de que existe um volume de cargas horárias não executadas que, de um lado, são pagas e não são prestadas como serviço e, de outro, requerem contratações temporárias para serem prestadas por outros no âmbito do

regime de horário corrido.

A análise da comissão de gestão de pessoal no final de 2018 revelou, em seu relatório, outro aspecto agravante sequer pensado pelo sindicato. Refere-se ao elemento novo desse regime em âmbito local, qual seja, que variados servidores, além de não prestar as horas totais (pagas) de sua carga horária, recebem dispositivos remuneratórios na forma de funções gratificadas e representações, sobretudo, como "incentivo" para executarem "horas extras" que, supostamente ultrapassam sua carga horária.

Para o sindicato, o custo desse formato é elemento impactante na folha de pagamento e se torna, por vezes, um gargalo na possibilidade real de reajustes para todos(as), e seu fim aponta para significativa economicidade.